



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 4 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2017.**

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Alteração Orçamental nº 3/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano nº 3/2017; -----
2. Adenda ao Protocolo – Transportes Escolares; -----
3. Proposta de Revisão da Carta Educativa de Penamacor; -----
4. Proc. 01/2017 – PUD – Imóvel em Estado de Degradação, sito na Rua Ribeiro Sanches, 69-71 em Penamacor; -----
5. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 6 de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** referiu-se à questão da revogação da portaria que proibia a caça na Reserva Natural da Serra da Malcata e aos mais recentes desenvolvimentos sobre o tema. Recordou que há uns meses atrás sugeriu ao senhor presidente que fossem convidados os representantes de cada bancada dos grupos parlamentares para virem visitar a Reserva Natural da Serra da Malcata para mais informadamente se poderem pronunciar sobre o assunto, proposta acolhida por todos os elementos do executivo. Passado algum tempo, o senhor presidente informou que teve uma reunião com o representante distrital da Quercus, referindo ter ficado agradado com o plano que estava a ser traçado para a Reserva Natural da Serra da Malcata. Tendo em conta o ocorrido, o senhor vereador mostrou-se estupefacto com a posição da Quercus na exigência ao governo de revogar a portaria. Neste sentido, perguntou ao senhor presidente se tem alguma ideia do que sucedeu para levar a esta aparente inversão de posição da Quercus. Considera, assim importante lembrar o senhor presidente da proposta de convidar os representantes de cada bancada dos grupos parlamentares, de forma a agilizar o processo para que não haja alguma surpresa desagradável. -----

De seguida, referiu-se à publicação do Índice de Transparência Municipal, assunto já aludido no ano anterior. A autarquia de Penamacor aparece posicionada no lugar 279, em 308 municípios, surpreendendo o facto de este ano ter piorado em um lugar relativamente ao ano anterior. Considerou que os parâmetros que levam à definição desse índice são fáceis de cumprir. Sugeriu que seja disponibilizada a informação no site do município, para que no próximo ano o resultado seja mais favorável ao Município de Penamacor. -----

No respeitante à listagem dos devedores ao município que o senhor presidente disponibilizou na última reunião de câmara e apesar de não ser uma lista exaustiva, já permite saber que o grosso das dívidas ao município diz respeito

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

ao consumo de água e saneamento, montante aproximadamente de noventa e seis mil euros. Surpreendentemente há alguns devedores coletivos, com dívidas superiores a cinco mil euros de consumo de água e nas sanções aplicáveis só vê juros de mora. Perguntou qual o tempo médio de atraso nos pagamentos e a partir de que momento é que para além dos juros de mora se aplicam outras sanções, designadamente o corte de água e a execução fiscal para resolução das dívidas. -----

**O Sr. Presidente António Soares** reportando-se à questão levantada pelo senhor vereador sobre a posição da Quercus, disse desconhecer tal facto. Assim, irá diligenciar uma reunião com a Quercus, para perceber o ponto da situação. -----

Quanto ao Índice de Transparência Municipal, disse tratar-se de questões estatísticas, no entanto, irá analisar a situação e tentar corrigir, pois o lugar ocupado não reflete o esforço feito pela autarquia de total transparência. -----  
Em relação às dívidas, disse que os processos são remetidos para execução fiscal. Referiu que têm sido feitas várias reuniões sobre esta matéria, visando alterar completamente a visão estratégica no funcionamento do setor da água.

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** sobre a questão da Reserva da Malcata, mostrou solidariedade com as posições do município, sendo para os vereadores da coligação mais que evidente que a posição do município é justa e acertada e em nada colide com os deveres de preservação da natureza. -----  
Em relação ao Índice de Transparência, disse não se tratar apenas de uma questão estatística, pois no quadro do município de Penamacor é feita referência à falta de resposta ao contraditório, interpretando que o município terá sido de alguma forma consultado e não terá havido resposta. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**1 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 3/2017 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 3/2017. -----**

Este ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e fundamentado com os documentos correspondentes à 3ª Alteração Orçamental e 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no montante de € 41.895,06 (quarenta e um mil oitocentos e noventa e cinco euros e seis cêntimos) que integram a presente ata e a ela ficam anexos, dando-se aqui por reproduzidos. -----

Postas a votação a terceira Alteração Orçamental e terceira Alteração às Grandes Opções do Plano, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente propôs a aprovação da presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**2 – ADENDA AO PROTOCOLO – TRANSPORTES ESCOLARES. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Na reunião da Câmara Municipal do dia 9 de setembro de 2016, foi deliberado por unanimidade manter o protocolo celebrado em 2006 com a operadora de transportes coletivos de passageiros, Rodoviária da Beira Interior, SA, bem como autorizar o pagamento de contrapartida financeira pela realização das carreiras de serviço público no valor até € 84.437,50 mais IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a € 482,50 por cada dia em que devam ser também assegurados os transportes escolares no decurso do ano letivo de 2016-2017.

Face aos aumentos dos preços dos transportes públicos de passageiros reportados a 1 de janeiro de 2017, veio a transportadora apresentar valores para a atualização dos custos previstos no protocolo, de acordo com o aumento verificado na percentagem ponderada para os escalões de 0-22 Km e que é de 2.11% (vd. Despacho Normativo nº 14-A/2016). -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Em consequência dos referidos aumentos de preços, torna-se necessário atualizar O Protocolo existente assinado no dia 9 de setembro de 2016. -----

Assim, atendendo à competência atribuída à Câmara Municipal, nos termos do disposto artigo 33º, nº 1 alínea gg), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que seja deliberado: -----

Atualizar, por Adenda ao Protocolo, os valores a suportar com as carreiras de transportes nos termos seguintes: -----

Nº	Carreira	Valor dia (Protocolo 2016-2017)	Valor dia (atualizado a 1.1.2017 – 2.11%)
1	Bemposta- Penamacor	€ 120,63	€ 123,17
2	Benquerença - Penamacor	€ 120,63	€ 123,17
3	Meimão - Penamacor	€ 120,63	€ 123,17
4	Salvador - Penamacor	€ 120,63	€ 123,17
Total		€ 482,50	€ 492,68

A assinatura do protocolo e os pagamentos que dele resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### 3 – PROPOSTA DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DE PENAMACOR. ----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que, nos termos do nº 1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, a elaboração da carta educativa é da competência da Câmara Municipal, competindo a sua aprovação à Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Considerando que, ao abrigo do que dispõe o nº 4 do artigo 20º do mesmo diploma, à revisão da carta educativa são aplicáveis os procedimentos previstos para a sua aprovação; -----

Considerando ainda que, como resulta dos nºs. 2 e 3 do mesmo artigo 20º, a necessidade de revisão da carta educativa é obrigatoriamente reavaliada de cinco em cinco anos, sendo obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa; -----

Considerando, por último, que no seguimento do processo de revisão da Carta Educativa entretanto promovido pela Câmara Municipal, foi obtido parecer prévio favorável do Conselho Municipal de Educação, emitido na reunião do passado dia 8 do corrente mês de fevereiro, como se demonstra pela respetiva minuta da ata, que se anexa à presente proposta, -----

Propõe-se que, ao abrigo da competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.09, seja deliberado propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência que resulta do nº 1 do artigo 19º em conjugação com o nº 4 do artigo 20º, ambos do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, delibere aprovar a proposta de revisão da Carta Educativa do Município de Penamacor, documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta". -----

O senhor vereador Pedro Folgado felicitou os serviços do município pelo trabalho realizado. Disse que o ritmo de diminuição do número de alunos em termos nominais tem aumentado e qualquer diminuição nominal tem um grande impacto percentual, pois o número de alunos é reduzido. Indicou a necessidade de um reforço à componente prospetiva do documento. Sugeriu uma reflexão sobre o que pode o município fazer para contrariar esta tendência. Considerou estranho, tendo em conta a taxa de envelhecimento populacional do concelho, não existir qualquer referência à educação para adultos ou reforço da taxa de alfabetização. -----

A senhora vereadora Ilídia Cruchinho, reportando-se à questão colocada pelo senhor vereador Pedro Folgado de não existir qualquer referência à educação

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

para adultos ou reforço da taxa de alfabetização, disse que embora durante muitos anos se tenha apostado na educação de adultos, no âmbito da educação extracurricular, atualmente, tal não tem acontecido, pelo que, não se tenha especificado as medidas a adotar. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **4 – PROC. 01/2017- PUD – IMÓVEL EM ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA RIBEIRO SANCHES, 69-71 EM PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 39/2017. ----

**PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----**

**1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----**

Reparação do remate com a casa contígua, aplicação de subtelha, levantamento e reposição das telhas existentes e substituição das que se encontrarem danificadas; -----

**2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----**

**3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----**

**4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as**



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contra-ordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável "...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas". -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 868.106,93 euro e uma despesa também acumulada de 925.316,93 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e cinquenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares